



CONTABILIDADE E SERVIÇOS, LDA

CIRCULAR 01/2012

ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2012 – PRINCIPAIS ALTERAÇÕES

Lisboa, 22 de Fevereiro de 2012

Estimados clientes:

Como é do conhecimento geral, no primeiro dia do ano entrou em vigor a Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, vulgarmente conhecida por Orçamento do Estado para 2012.

Através da comunicação social sabemos de uma forma geral as grandes alterações fiscais que vão ter impacto na vida dos portugueses. Contudo, pensamos ser benéfico fazer um resumo das principais alterações para dar a conhecer aos nossos clientes.

É certo que um trabalho deste tipo acarreta muitas horas de esforço e dedicação mas é sempre com muito orgulho que disponibilizamos a quem se interessa por estes temas.

IRS

- Artº 2º: subsídio de alimentação/indenizações

Foi reduzido o montante máximo do subsídio de alimentação que está isento de descontos; a majoração passou de 50% para 20%, em termos práticos, para 2012 o valor máximo isento baixa de 6,41€ para 5,12€.

Foi reduzido para (1 vez) a média dos últimos 12 meses (era 1,5 vezes) a parte isenta das indemnizações recebidas por cessação do contrato de trabalho.

- Artº 13º: dependentes

É agora possível um dependente pertencer a dois agregados familiares (no caso de pais separados e os dependentes estiverem a encargo de ambos).

- Artº 53º: pensões

Mais uma vez foi reduzida a dedução específica da categoria H, de modo a harmonizar com a dedução da categoria A.

- Artº 55º: prejuízos da categoria F (rendimentos prediais)

Aumentou de quatro para cinco anos a possibilidade de reportar o resultado líquido negativo da categoria F nos rendimentos positivos desta categoria.

- Artº 57º: declaração de rendimentos

No caso de falecimento de sujeito passivo não casado, a responsabilidade de entregar a declaração de rendimentos cabe ao administrador da herança.

- *Artº 71º: taxas liberatórias*

Vários rendimentos viram a taxa de 21,5% subir para os 25% (como exemplo, lucros).

Criada uma taxa liberatória de 30% para rendimentos pagos por entidades sediadas em paraísos fiscais ou obtidos por estas.

- *Artº 72º: mais-valias na alienação de partes sociais*

Aumentou a taxa sobre estas mais-valias de 20% para 25%.

- *Artº 78º: deduções à colecta*

Introdução de limites às deduções à colecta para quase todos os escalões de rendimentos, o que irá agravar em muitos casos a liquidação de IRS.

- *Artº 82º: despesas de saúde*

Passam a ser dedutíveis à colecta apenas 10% das despesas de saúde (era 30%) e com o limite de 2xIAS (cerca de 838,44€)

- *Artº 83º-A: pensões de alimentos*

O limite de dedução à colecta relativo a pensões de alimentos é reduzido de 2,5 vezes o IAS para apenas um IAS (419,22€).

- *Artº 85º: encargos com imóveis*

Os encargos com imóveis passam a ser dedutíveis à colecta em 15% (era 30%), apenas se pode deduzir os juros com dívidas (até aqui deduzia-se também as amortizações) contraídas com a aquisição/construção de imóveis para habitação permanente de contratos celebrados até 31/12/2011, e a partir de 2016 desaparece também esta dedução.

Nos contratos de arrendamento não existe data limite de celebração de contrato mas a dedução termina em 2018.

- *Artº 115º: emissão de recibos e facturas*

Os prestadores de actos isolados deixam de estar dispensados de emitir recibo verde ou factura.

- *Artº 119º: comunicação de rendimentos e retenções*

A declaração de rendimentos pagos a não residentes passou a ser até ao fim do segundo mês seguinte ao do pagamento em vez de ser uma vez por ano.

- *Artº 68º-A: taxa adicional*

Durante os anos de 2012 e 2013 vigora uma taxa adicional de IRS de 2,5% para o último escalão de rendimentos (+ de 153.300€).

IRC

- *Artº 29º: elementos depreciables*

Os activos biológicos que não sejam consumíveis passam a ser activos depreciables (como acontecia anteriormente na vigência do POC).

- *Artº 52º: dedução de prejuízos fiscais*

Os prejuízos fiscais passam a ser deduzidos em cinco períodos (eram 4); contudo, só pode ser deduzido até 75% do respectivo lucro tributável. É revogada, com efeitos retroactivos (excelente

notícia!), a obrigação de certificação legal das contas por ROC pelas sociedades que pretendam deduzir prejuízos fiscais pelo terceiro exercício consecutivo.

- *Artº 87º: taxas*

A taxa do IRC passa a ser unicamente de 25% (desaparece o escalão dos 12.500€).

- *Artº 87º-A: derrama estadual*

Aumentou a derrama estadual nos anos de 2012 e 2013 para 3% e 5% sobre lucro tributável superior a 1.500.000€ e 10.000.000€, respectivamente.

- *Artº 123º: obrigações das empresas*

Os programas e equipamentos informáticos de facturação previamente certificados passam a ser de utilização obrigatória nos termos da portaria do ministro das finanças (volume de negócios de 150.000€ a partir de janeiro/2012, 125.000€ a partir de maio/2012 e 100.000€ a partir de janeiro/2013).

As desvalorizações excepcionais decorrentes do abate dos equipamentos e software de facturação são consideradas perdas por imparidade, sem necessidade de requerer a sua aceitação; as despesas com a aquisição de 2012 de programas e equipamentos certificados podem ser gasto fiscal num só ano.

IVA

- *Artº 16º: valor tributável nas operações internas*

O valor tributável das transmissões de bens e das prestações de serviços entre sujeitos passivos com relações especiais, é determinado com base no valor normal.

- *Artº 88º: liquidação oficiosa*

A liquidação oficiosa tem por limite mínimo um valor anual igual a 6 ou 3 vezes a retribuição mínima mensal, conforme a periodicidade mensal ou trimestral em que o sujeito passivo esteja enquadrado.

R.I.T.I. (Regime do IVA nas Transacções Intracomunitárias)

- *Artº 30º: declaração recapitulativa*

A declaração recapitulativa deve ser enviada até ao dia 20 do mês seguinte, quando o montante total das operações, durante o trimestre em curso ou em 4 trimestres anteriores, seja superior a 50.000€ (era 100.000€).

Estatuto dos Benefícios Fiscais

- *Artº 22º: fundos de investimento*

As mais-valias realizadas por F.I.M. passam a estar sujeitas a tributação à taxa de 21,5% (em vez de 10%).

- *Artº 46º: prédios urbanos destinados a habitação*

A isenção de IMI de prédios destinados a habitação sofre três limitações significativas, quanto ao período de isenção (redução para três anos), aplicável quando o VPT não exceda 125.000€ e o rendimento colectável do sujeito passivo não exceder 153.300€. Mantém-se os direitos adquiridos.

- *Artº 70º: medidas de apoio ao transporte rodoviário de passageiros e mercadorias*

Prorrogado para 2012 as medidas de apoio ao transporte rodoviário de passageiros e mercadorias.

LGT (Lei Geral Tributária)

- *Artº 19º: domicílio fiscal*

O domicílio fiscal dos contribuintes passa a integrar a caixa postal electrónica. Assim, até dia 30/03/2012 os sujeitos passivos de IRC e os do regime mensal do IVA devem criar a caixa postal electrónica; para os restantes sujeitos passivos de IVA têm até dia 30/04/2012. (Sobre esta matéria a Saturno irá emitir um comunicado explicando os passos que os contribuintes terão de dar para constituir essa caixa postal electrónica; em alternativa, em alguns casos, a Saturno poderá assumir essa responsabilidade mas haverá um custo por este serviço, independente da avença).

- *Artº 68º: informações vinculativas*

Alargam-se os vários prazos que a administração fiscal tem para responder aos pedidos de informações vinculativas. No caso de um pedido urgente o limite máximo da taxa a pagar aumenta 150%.

R.G.I.T. (Regime Geral das Infracções Tributárias)

- *Artº 23º: classificação das contra-ordenações*

Os limites máximos para a classificação das contra-ordenações sofreram um acréscimo de 53%.

- *Artº 26º: montante das coimas*

Alterado em mais de 50% o limite máximo das coimas.

- *Artº 116º: falta ou atraso de declarações*

Aumento de 50% das coimas.

- *Artº 129º: violação da obrigação de possuir e movimentar contas bancárias*

A coima mínima de falta de conta bancária aumentou para 270€; a falta de realização de movimentos através da conta bancária passa a ter coima de 180€ (era 120€) e a realização de pagamento através de meios diferentes dos legalmente previstos tem também um aumento de 50% na coima (passa a 180€).

Conclui-se a apresentação do Orçamento de Estado para 2012.

Recomenda-se a sua leitura atenta pois são minutos ganhos (e não perdidos) e após essa leitura cá estaremos a responder a dúvidas que tenha.

Esperamos que, com este trabalho, V.Exas. fiquem devidamente informados do panorama fiscal português.

Não deixe de consultar o nosso sítio na net www.saturno.pt encontrando muita informação útil na área exclusiva.

Com os melhores cumprimentos.

A.Pereira